



n.1
jan./mar.
2019

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Murilo Gomes da Costa

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Giovana Esther Zucatto

Leandro Wolpert dos Santos

Leonardo Albarello Weber

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Marília Closs

Murilo Gomes da Costa

Thaís Jesinski Batista



Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

O REGRESSO CONSERVADOR SUL-AMERICANO..... PÁGINA 04

ARTIGOS

A ASCENSÃO DA DIREITA NA AMÉRICA DO SUL..... PÁGINA 06

**NOVO CICLO NA AMÉRICA DO SUL: TRANSFORMAÇÕES NOS
CENÁRIOS DE SEGURANÇA E DEFESA..... PÁGINA 10**

**O ESTILO BOLSONARO DE GOVERNAR E A POLÍTICA
EXTERNA..... PÁGINA 15**

Editorial

O Regresso Conservador Sul-Americano

Na história recente da América do Sul, tem sido recorrente a ocorrência de eventos políticos em série. Em 1964, o Brasil inaugurou a sequência de golpes de Estado e rupturas da ordem constitucional, seguido pela Argentina em 1966 e, na década seguinte, entre 1973 e 1976, por Chile, Uruguai e Argentina novamente.

A ocorrência de fenômenos políticos semelhantes, em um espaço de tempo relativamente exíguo, indica que, para além das causas endógenas, específicas a cada um dos países, fatores contextuais, relacionados ao plano externo, podem ter algum impacto nestes resultados. Na origem do ciclo de ditaduras sul-americanas, não há como ignorar o papel da Guerra Fria e da contrainsurgência norte-americana. Ainda que os efeitos políticos sobre as diferentes regiões geopolíticas não tenham sido os mesmos, a América Latina foi um dos principais alvos das intervenções cobertas ou às claras dos EUA, acentuadas após a Revolução Cubana.

Nesta região, o formato imperial foi distinto daquele experimentado pelo domínio soviético na Europa Oriental. Na América Latina, o império foi mais informal, menos rígido em termos da divisão de trabalho e, portanto, menos previsível com relação ao grau de controle da potência dominante sobre sua periferia imediata. Teve, porém, um efeito politicamente perverso ao estabelecer uma clara dependência entre a dinâmica da política doméstica e as injunções do conflito político-ideológico-estratégico-militar. Mesmo que, por hipótese, os EUA não tivessem contribuído em nada para a erosão das respectivas ordens constitucionais em 1964, 1966, 1973 e 1976, por exemplo, a vinculação interno-externa diminuía sensivelmente para os eventuais golpistas os custos de qualquer ruptura constitucional. Assim, a “defesa da democracia”, mesmo que à custa da quebra do Estado de Direito, não apenas era uma garantia do reconhecimento de um novo regime pelos EUA, como muitas vezes este reconhecimento foi brindado com generosa ajuda externa por sua contribuição à expansão do “mundo livre”. Se a cooperação entre civis e militares

foi sempre problemática no contexto latino-americano, pode-se concluir, portanto, que a Guerra Fria contribuiu para acirrará-la, aumentando em muito a taxa de desconto dos militares e, consequentemente, os incentivos para que estes, por qualquer razão, renegassem a cooperação com os civis.

Com o fim da Guerra Fria, a região experimentou a restauração da democracia e a consolidação das democracias de mercado. Simultaneamente, a América do Sul, assim como a quase totalidade da periferia capitalista, passou a sofrer as consequências dos efeitos negativos da globalização financeira e produtiva. A vinculação externo-interna resultou na perda de autonomia regional na gestão macroeconômica em função da indução, por via das condicionalidades e da pressão pelas reformas estruturais, impostas pelos agentes financeiros e os financiamentos externos no contexto do encaminhamento da crise da dívida contraída na década passada. A aparente estabilidade econômica e política da América do Sul, em meados dos anos 90, vista com euforia pelos mercados, foi drasticamente interrompida com a crise financeira e social na Argentina, em 2001. O confisco dos depósitos bancários, impossibilitando a convertibilidade do peso argentino, gerou uma catástrofe econômica e social de proporções inéditas e desacreditou, no país e na região, qualquer suposta virtude do modelo neoliberal. A crise sepultou o realismo periférico da política externa argentina, calcado no alinhamento incondicional aos EUA, e catapultou a vitória eleitoral de Néstor Kirchner em 2003.

Um novo ciclo político-econômico teve lugar na América do Sul desde então. Novamente assistiu-se a uma sequência de eventos semelhantes, a partir da década de 2000, com a inauguração de governos progressistas, socialistas, de centro esquerda e social-democráticos. A Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez, já havia antecipado este ciclo, a partir de 1999, na qual pesou bastante a crise econômica pretérita e a reconfiguração política naquele país. O ciclo progressista foi reforçado pela eleição do Partido Socialista, de centro-esquerda, de Ricardo Lagos, em 2000 no Chile, a chegada ao poder do PT, com Lula da Silva, do Justicialismo na Argentina com Néstor Kirchner em 2003 e da Frente Ampla no Uruguai com Tabaré Vázquez, em 2005. Seguiram-se as ascensões de Evo Morales na Bolívia em 2006, Rafael Correa, no Equador, em 2007 e Fernando Lugo no Paraguai, em 2008, interrompendo um longuíssimo domínio do Partido Colorado neste país. O impac-

to de um contexto comum, com o fracasso da implementação do modelo neoliberal, gerou insatisfação social e a reconfiguração da política nacional com a eleição de governantes à esquerda do espectro político, críticos do modelo neoliberal em vigor. Em que pese as diferenças entre eles, fruto de especificidades nacionais, a convergência em torno de propostas de inclusão social, implementação de modelos neo-desenvolvimentistas e a construção de um arcabouço de instituições regionais voltadas para iniciativas de infraestrutura e energia, concertação política e cooperação em segurança e defesa apontam para a emergência do que foi denominado de “onda rosa” na América do Sul.

No Brasil, as manifestações de rua em 2013 – quando emergem com força as críticas à corrupção no sistema político, aos partidos e à política de modo geral – foram os primeiros sinais do que viria acontecer, posteriormente, com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. A primeira manifestação eleitoral foi a eleição de Maurício Macri em 2015. Seguiram-se as eleições de Sebastián Piñera, no Chile, Lenín Moreno no Equador e Ivan Duque na Colômbia, os três em 2017, e Jair Bolsonaro em 2018. No Chile o processo eleitoral não foi linear, alternando vitórias da esquerda e da direita a partir da eleição de Michelle Bachelet em 2006, seguida da do candidato ultraliberal, Sebastián Piñera, em 2010, de Bachelet novamente, em 2014, e o retorno de Piñera em 2018.

Neste regresso conservador na região, os níveis interno-externo estão mais entrelaçados, mas o contexto comum incluiu o fim do boom das commodities, a piora da situação econômica, o desgaste de longo período de governo sob o mesmo signo político, e os efeitos da guerra híbrida, menos na sua vertente propriamente militar e mais na dimensão política. Nesta nova forma que assumiu a contrainsurgência depois do fim da Guerra Fria, os métodos de influência incluem o uso variado das “fake news”, diplomacia, “law fare” e intervenção eleitoral externa.

Novamente há que se ressaltar que estes governos de direita e ultradireita não são homogêneos, refletindo o peso das especificidades locais. Todos, porém, combinam, em doses variadas, a adesão ao modelo neoliberal, a desconfiança da política “tradicional” e dos partidos, agenda conservadora nos costumes, agendas sociais não inclusivas, militarização da segurança pública, participação significativa das Forças Armadas no governo, alinhamento aos EUA e reconfiguração – e mesmo

abandono – das instituições regionais criadas durante o ciclo progressista.

Este Boletim reúne três artigos, todos explorando dimensões diversas deste ciclo regressivo, como a análise da dimensão política da ascensão da direita na América do Sul, de autoria de Giovana Esther Zucatto; as transformações nos cenários de segurança e defesa na região, de Marília Closs; e a política externa do governo Bolsonaro de Marianna Restum de Albuquerque e Maria Regina Soares de Lima.

Rio de Janeiro, maio de 2019.

Leticia Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima



A Ascensão da Direita na América do Sul¹

Giovana Esther Zucatto

Pesquisadora Opsa

Introdução

Nos últimos anos, assistimos a uma importante mudança no cenário político sul-americano. Enquanto a primeira década do novo milênio foi marcada pela “onda rosa”, com a ascensão de governos de esquerda e progressistas no continente, o final da segunda década tem dado espaço a uma série de governos de direita e com tendências mais conservadoras, movimento este que tem sido denominado de “maré azul”, em contraposição ao anterior. Podemos citar como exemplos iniciais de mudança as eleições de Mauricio Macri, em 2015, na Argentina; Sebastian Piñera, em 2017, no Chile que está em seu segundo mandato.; Ivan Duque, eleito presidente em 2017 pelo Centro Democrático na Colômbia, recém-criado partido de direita que se consolidou em oposição ao ex-presidente Juan Manuel Santos e ao acordo de paz com as FARC. Lenín Moreno, eleito presidente do Equador em março de 2017 pelo Alianza PAIS. Ainda que originalmente de centro-esquerda e ex-aliado de Rafael Correa, Moreno tem assumido posições cada vez mais à direita, e, mais recentemente, Jair Bolsonaro no Brasil.

O objetivo deste artigo é fazer um exame das características gerais dos novos governos, em comparação ao ciclo progressista anterior. Procura-se apresentar, inicialmente, um debate conceitual sobre o que se considera como ideologia de direita atualmente, assim como suas estratégias de ação – e, por que não, de reinvenção – de seus principais atores. Além disso, abordam-se as principais medidas já tomadas nesse novo ciclo no que se refere à política externa executada pelos governos e as iniciativas regionais apoiadas por eles.

Direita(s): conceitualização e estratégias

Antes de mais nada, é preciso enfatizar que não se trata de um bloco político-ideológico unificado/homogêneo de indivíduos e partidos de direita chegando ao poder na América do Sul; existem, outrossim, impor-

tantes diferenças entre esses governos. Pode-se identificar posicionamentos mais moderados, inclusive com a manutenção de aspectos progressistas em pautas de minorias políticas e sociais, como na Argentina de Mauricio Macri. Por outro lado, um grupo emergente mais radical, e marcadamente conservador, também tem ganhado espaço, como no deslocamento em direção ao extremo do contínuo político em países em que a direita não fora do poder por muito tempo. Exemplos dessa direita que se radicaliza estão na Colômbia, em que Ivan Duque, patrocinado pelo ex-presidente Álvaro Uribe, venceu a disputa tendo como principal bandeira a oposição ao acordo de paz com as FARC e o então presidente Juan Manuel Santos, representante de uma posição mais moderada. Também no Chile, em que Sebastián Piñera, após um primeiro mandato de caráter moderado, adotou uma posição mais radical no seu segundo mandato. A principal novidade, nessa mesma direção foi, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, marcando a primeira vez em que a direita radical chegou à presidência no país desde a redemocratização. Da mesma forma, alguns governos de esquerda permanecem na região. Os exemplos mais importantes são do Uruguai e da Bolívia, além do regime de Nicolás Maduro na Venezuela.

Para Bobbio (2012), direita e esquerda são conceitos antitéticos – um existe em função do outro – que divergem centralmente em seu posicionamento com relação à desigualdade. A esquerda entende que as desigualdades são artificiais, socialmente construídas e por isso possíveis de serem revertidas; para elas serem mitigadas o Estado deve ter um papel ativo. Paralelamente, a direita apreende as desigualdades como naturais, sendo assim dificilmente erradicadas, e por isso não há necessidade de intervenção do Estado sobre elas. Assim, o eixo direita/esquerda está relacionado com o conflito em torno de diferentes atitudes em relação à igualdade. Indo além, a forma como essas visões se traduzem em ação política não é incondicional e sim contingencial, e precisa ser entendida dentro do contexto histórico em questão.

No caso da América do Sul, são dois os momentos cruciais para se entender a ascensão da direita e do conservadorismo na atualidade. Primeiro, durante a década de 1980, com os processos de redemocratização, grupos ligados à ideologia de direita buscaram se desvincular dos regimes autoritários que haviam apoiado e adotaram roupagens mais tolerantes com a esquerda. As direitas sul-america-

¹ Agradeço a Talita Tanscheit pela constante disponibilidade e colaboração.

nas, grosso modo, estiveram mais próximas de posições ditatoriais, especialmente durante o período de endurecimento generalizado dos regimes militares anticomunistas na década de 1970. No entanto, com a instauração de regimes democráticos, as direitas precisaram se reinventar, renunciando à herança das ditaduras e fazendo um uso instrumental da democracia (GIORDANO, 2014).

A fim de pôr em funcionamento um Estado mínimo, tratado como sinônimo de democracia, a direita implementou reformas neoliberais das décadas de 1980 e 1990 que lograram estabilizar as economias do subcontinente após anos de crise, especialmente no que diz respeito ao controle da inflação. Entretanto, as medidas significaram o aprofundamento das desigualdades sociais. É nesse cenário que novas demandas sociais, com foco na questão da desigualdade, começam a ganhar espaço. Com a ampliação do espaço de debate político, a própria ideia de democracia é disputada à medida que a esquerda passa a defender uma noção substantiva, marcada pela necessidade de representação e inclusão social (GIORDANO, 2014). A partir de 1998, a América do Sul começa a sentir de maneira mais intensa outros efeitos nefastos do neoliberalismo. No período dos “cinco anos perdidos” de 1998-2003, a região foi marcada por forte crise financeira, políticas de ajuste fiscal, empobrecimento e emigração.

Esse contexto explica, em parte, a ascensão de um ciclo político hegemônico por governos de esquerda, que foram muito mais eficientes – pela própria natureza de seu conteúdo político-ideológico – em politizar a desigualdade. Importa atentar que, mesmo que tenha sido um período com preponderância de governos e projetos de esquerda, ou mesmo de centro e centro-direita mais progressistas, a direita se manteve no poder em alguns países. Sanahuja e Comini (2018), por exemplo, fazem uma interessante categorização ao explicar que, durante o ciclo progressista, a América do Sul esteve atravessada por profundas diferenças entre, por um lado, os governos progressistas ou, como chamam, “neo-desenvolvimentistas” e “atlânticos” e, de outro lado, os “liberais-conservadores” e “pacíficos”.

Nos países em que a direita esteve na oposição, seus atores políticos mantiveram uma considerável capacidade de intervir no cenário político,

bem como através da disseminação de suas ideias através da mídia, comunicação de massa e apoio a tecnocratas que patrocinam políticas públicas próximas à sua ideologia. Se os governos esquerdistas moderados como os de Luiz Inácio “Lula” da Silva no Brasil (2003-2010) e Michelle Bachelet no Chile (2006-2010) não puderam avançar mais na geração de políticas redistributivas, isso se deveu muito à pressão e peso de ambos os atores e as ideias da direita (KALTWASSER, 2014, p. 35).

Kaltwasser (2014) delimita três estratégias principais que a direita adotou para contrapor a hegemonia da esquerda na América do Sul: mecanismos de ação não eleitorais, eleitorais apartidários e eleitorais partidários. A primeira estratégia é fazer uso de mecanismos como os supracitados financiamentos e lobby, para que projetos de governos de esquerda sejam impedidos ou pelo menos adiados, ou mesmo o apoio a derrubadas de governos progressistas (golpes). Este último mecanismo foi dificultado em sua forma tradicional de golpe de Estado pelas pressões internacionais ou mesmo pelas mudanças que a esquerda atravessou desde o fim da Guerra Fria. Em consequência, os golpes assumiram uma fachada “democrática” por via de processos parlamentares, como aconteceu no Paraguai em 2012, com a destituição do então presidente Fernando Lugo, ou no Brasil, em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em ambos os casos, os vice-presidentes que assumiram em sequência levaram a cabo uma agenda de governo de direita neoliberal que não havia sido sancionado nas urnas.

Em adição, outros mecanismos não eleitorais são o controle de meios de comunicação de massa – o que explica a polêmica envolvendo as propostas de regulamentação da mídia no período. Ainda, os setores de direita também começaram a patrocinar e promover a formação de atores coletivos que se organizam no espaço público e influenciam o processo de formação de preferências, por exemplo, em questões relacionadas a questões morais ou de identidade e de regulação da atividade econômica. Nesse caso, esses atores podem migrar para o campo de ação eleitoral partidário, como foi o caso de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), no Brasil (KALTWASSER, 2014).

A segunda estratégia diz respeito a mecanismos eleitorais apartidários, em que há a formação de líderes que participam das eleições, mas evita-se construir partidos mais fortes ou articulados de maneira deliberada. Por fim, a direita sul-americana tem empregado

[...] por exemplo, financiando campanhas e fazendo lobby junto a atores políticos e fun-



mecanismos eleitorais partidários, investindo na formação de partidos políticos desde a redemocratização, com um novo impulso nos anos 2000. Essa opção, de acordo com Kaltwasser (2014), constituiu uma forma de ação dispendiosa, em termos econômicos, e requer paciência para desenvolver recursos organizacionais que são cruciais para se posicionar no espaço eleitoral. No entanto, têm surtido efeito em países em que a direita conseguiu construir partidos políticos. Exemplos disso são o Centro Democrático, na Colômbia, partido de Ivan Duque, e o Propuesta Republicana, na Argentina, partido de Mauricio Macri, agremiação de centro-direita que ajudou a fundar em 2002 e que, posteriormente, veio a integrar a coligação Cambiemos, congregando a maior parte das forças não peronistas, que saiu vitoriosa nas eleições argentinas em dezembro de 2015.

Ao mesmo tempo, especialmente nos países em que esteve na oposição, a direita passou a compreender que seria necessária uma mudança de atitude e de pautas para voltar ao governo, levando em consideração não só as transformações que esses países atravessaram, mas a própria passagem de um entendimento instrumental de democracia para um paradigma mais inclusivo. De modo mais amplo, a agenda da direita sul-americana passou a privilegiar temas como o combate à corrupção, que passou a ser questão central na política do continente²; segurança pública, pauta para a qual a esquerda no governo foi incapaz de apresentar soluções satisfatórias; e gestão da máquina pública e crise econômica, ambas associadas às más práticas da esquerda, como clientelismo e corrupção. Mais do que isso, passou a apresentar essas questões num enquadramento “pós-ideológico”, como se tratando de “problemas do povo” que hipoteticamente não distinguem nem ideologias, nem culturas políticas (GIORDANO, 2014).

Política Externa e regionalização

Se, no ciclo progressista, os governos da América do Sul se associaram na intenção de fortalecer a região e construir instituições contra-hegemônicas, os governos deste novo momento apostam na globalização e na aproximação com as potências centrais. Dada a atual conjuntura internacional, no entanto, essa é uma aposta que pode se mostrar tardia e mesmo inadequada. Na Europa e nos Estados Unidos, os setores mais progressis-

tas perderam espaço para atores que procuraram se distanciar do establishment político – estratégia também adotada por setores das direitas sul-americanas emergentes –, daí resultando na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos; no Brexit, no Reino Unido; e no crescimento do populismo nacionalista, na Europa. Assim, as potências centrais cada vez mais se voltam para dentro, o que pode ter um preço alto para os países da região. Mauricio Macri, por exemplo, passou a ser mais reticente na associação com o centro e vem buscado estreitar relações com a Ásia³.

De qualquer forma, Argentina, assim como Colômbia e Brasil, são exemplos de países que passaram a levar a cabo políticas externas alinhadas com a globalização neoliberal e com as preferências de potências centrais, defendendo-as internamente como iniciativas “não ideologizadas”. Essa agenda pretensamente “não ideológica” é baseada na promoção do setor privado e do investimento estrangeiro direto, seguindo orientações, normas e práticas instituídas pelas instituições de Bretton Woods e pela OCDE, ao passo que se alinha com a agenda de segurança dos Estados Unidos para a região (SAHUJA & COMINI, 2018). Ao mesmo tempo,

essa matriz de política externa também envolve reformas internas. Seja a mando de atores externos, emulando os países da OCDE, ou por justificação das prioridades das elites, este alinhamento significa, entre outras coisas, reformas estruturais para os mercados mais flexíveis de trabalho, a liberalização financeira, a austeridade fiscal, a eliminação progressiva de barreiras tarifárias e não-tarifárias e, por último, mas não menos importante, a liberalização financeira, que resultou em um alto nível de dívida pública e privada. Em grande medida, trata-se de atualizar o que já foi chamado de Consenso de Washington (SANAHUJA & COMINI 2018, p. 38).

Em termos de instituições regionais, em consonância com a nova agenda de política externa, a aposta é pelo regionalismo aberto, iniciativa que já vinha sendo desenvolvida durante o ciclo progressista com a Aliança do Pacífico. Mais recentemente, com a escalada da crise da Venezuela, os principais governos de direita da região passaram a se reunir no Grupo de Lima, juntamente com outros países do continente americano⁴. Em conomi-

³ Ver *Conjuntura Latitude Sul*, edição de janeiro-fevereiro de 2019.

⁴ O Grupo de Lima foi formado em 2017 por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e Paraguai com vistas a

² Ver *Conjuntura Latitude Sul*, edições de setembro de 2018, novembro de 2018 e janeiro-fevereiro de 2019.



tância, a ferrenha oposição a Nicolás Maduro no Grupo de Lima, somada à opção pelo regionalismo aberto e ao realinhamento com o centro global, significaram um esvaziamento da UNASUL, principal instituição regional do ciclo progressista e a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL).

O PROSUL foi criado muito recentemente, em 22 de março de 2019 e seu documento fundacional – a Declaração de Santiago – foi assinada na data por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai e Peru. De acordo com a declaração, o PROSUL constituirá um “espaço regional de coordenação e cooperação para se avançar em direção a uma integração mais efetiva” e será focado em discussões sobre infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e manejo de desastres naturais. Não existe previsão para uma maior institucionalização. Ao contrário, espera-se que o Foro se organize na forma de uma estrutura flexível. Os valores norteadores do PROSUL são a plena vigência da democracia, proteção dos direitos humanos e respeito à soberania de outros Estados, os quais funcionam como critérios para admissão ou exclusão de membros. Estes valores, inclusive, serviram de justificativa para a ausência de Nicolás Maduro entre os convidados para o evento de lançamento. Por outro lado, Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino da Venezuela e reconhecido pelos membros signatários como presidente legítimo daquele país, foi convidado para participar. Por sua vez, Bolívia, Suriname e Uruguai enviaram diplomatas à reunião, mas não assinaram o documento, já que permanecem na UNASUL e defendem a legitimidade de Maduro⁵.

Considerações finais

Apesar de existirem diferenças entre as direitas que chegaram ao poder, o que está em pauta no momento é, em paralelo ao ciclo anterior, uma hegemonização da direita num sentido mais amplo, em seus conteúdos pragmáticos e em suas agendas. O principal possibilitador disso está nas relações internacionais da América do Sul, leia-se, em seus processos regionais. Enquanto o momento imediatamente posterior à redemocratização, marcado pela consolidação do neoliberalismo, teve como principal organização, ainda que

de caráter sub-regional, o MERCOSUL, o ciclo progressista contou, como sua expressão máxima, com a criação da UNASUL. Agora, o novo ciclo hegemonizado pela direita que se desenha promete ter como correspondente (e resultado) regional o PROSUL.

Contudo, da mesma forma que o PROSUL é uma iniciativa bastante incipiente e repousa em bases frágeis, a própria consolidação e continuidade de um ciclo de direita na América do Sul ainda estão em aberto. Fatores relevantes podem minar o avanço da direita e mesmo abrir espaço para o retorno da esquerda: crise econômica, denúncias de corrupção e incapacidade de levar a cabo uma agenda minimamente inclusiva. Tomando como exemplo os dois maiores países da região, no primeiro caso, a incapacidade do governo Macri em amenizar a recessão argentina através do acordo com o FMI é o principal motivo que pode levar à derrota do presidente nas próximas eleições, como já apontam algumas pesquisas de intenção de voto. No Brasil, além do aprofundamento da crise econômica, o envolvimento de familiares e companheiros de sigla do presidente em denúncias de corrupção, e, por fim, o contingenciamento de verbas para diversas políticas públicas – especialmente da educação – podem explicar por que, após menos de cinco meses de mandato, os índices de desaprovação do governo já são maiores do que a sua aprovação.

Referências

- BOBBIO, Norberto. 2012. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP.
- GIORDANO, Verónica. 2014. ¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? *Nueva Sociedad*, n. 254, novembro-dezembro, pp. 46-56.
- KALTWASSER, Cristóbal Rovira. 2014. La derecha em América Latina y su luta contra la adversidad. *Nueva Sociedad*, n. 254, novembro-dezembro, pp. 34-45.
- SANAHUJA, José Antonio; COMINI, Nicolás. 2018. Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis. *Nueva Sociedad*, n. 254, maio-junho, pp. 32-46.

uma solução pacífica da Venezuela. Desde então tem operado como principal eixo da oposição internacional a Nicolás Maduro.

5 Ver *Conjuntura Latitude Sul*, edição de março de 2019.



Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa

Marília Bernardes Closs
Pesquisadora OPSA

Introdução

As transformações políticas na América do Sul, nos últimos anos, vêm ocorrendo de distintas formas. O fim do chamado ciclo progressista ou da “onda rosa”, a depender da nomenclatura adotada, trouxe algumas mudanças mais facilmente perceptíveis no subcontinente: as vitórias eleitorais de líderes e partidos à direita do espectro político e a subsequente implementação de seus programas políticos e econômicos são as mais notáveis. Para além disso, entretanto, outras mudanças menos aparentes vêm ocorrendo. As políticas de segurança e defesa dos Estados sul-americanos e o contexto securitário em que estas são implementadas também estão passando por transformações, ainda que de forma mais lenta, principalmente a partir de 2015 e 2016. Este artigo faz uma breve análise sobre quais elementos podem ser pontos-chave para entender estas mudanças na América do Sul.

América do Sul do ciclo passado: zona de paz?

Múltiplas são as interpretações a respeito das condições de segurança e defesa na América do Sul no século XX e no início do século XXI. Durante o século XX, a região foi uma das que menos experimentou ocorrências de conflitos interestatais tradicionais, comparativamente ao resto do globo: o último conflito interestatal com dimensões mais significativas foi a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Peru, de 1932 a 1935. De acordo com Karcowicz (1998), este fenômeno tem explicações realistas e geopolíticas, ligadas ao papel dos Estados Unidos e do Brasil enquanto potência regional; liberais, que dão ênfase aos efeitos da democratização e da prosperidade econômica; ou que colocam como ponto fundamental a satisfação dos Estados sul-americanos com relação às fronteiras estabelecidas no século XIX.

Além destes argumentos, a relativa estabilidade em termos de segurança interestatal sul-americana está diretamente relacionada à construção efetiva de soluções diplomáticas

para os conflitos. Entre as décadas de 1980 e 1990, com a aproximação entre Brasil, Argentina e Chile, diminuiu o clima de tensão e competição entre estes Estados. Houve também, além disso, a construção de mecanismos bilaterais e multilaterais no subcontinente, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Mercosul.

No início do século XXI, as condições de segurança na América do Sul passaram a ser mais visíveis em um cenário de grandes transformações. Fica claro, em primeiro lugar, que há a construção relativamente bem-sucedida de uma arquitetura institucional para a promoção da paz, materializada sobretudo na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e no seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). As duas instituições foram criadas com o objetivo de construir estabilidade regional através da elaboração de uma política de defesa comum no subcontinente a partir de mecanismos como tratados, cooperação bilateral, exercícios combinados, cooperação acadêmica, entre outros. Além disso, a partir da metade da década de 2000, os Estados sul-americanos também passaram a implementar uma política energética e de infraestrutura comum, a partir da transformação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), trazendo para o plano do diálogo político uma agenda com potencial de atrito.

As consequências da construção desses mecanismos institucionais de solução de conflitos para evitar guerras interestatais foram visíveis. Em março de 2008, desenrolou-se uma crise diplomática entre Colômbia, Venezuela e Equador, após tropas colombianas terem adentrado território equatoriano para capturar Raúl Reyes, então membro do secretariado das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) e morto em combate, e outros 16 guerrilheiros¹. Foi frente à necessidade de mediação para que o conflito não escalasse que avançou a proposta de criação da Unasul, oficialmente

¹ Enquanto a burocracia colombiana afirmou que agiu em legítima defesa, o governo do equatoriano Rafael Correa considerou que se tratou de uma agressão a sua soberania por parte das Forças Armadas colombianas, retirou o embaixador equatoriano de Bogotá e expulsou o embaixador colombiano de Quito. Já o governo venezuelano, sob o comando de Hugo Chávez, saiu em favor de Correa, acusou o então presidente colombiano, Álvaro Uribe, de assassino e enviou tropas para a fronteira com a Colômbia.



inaugurada alguns meses depois. As tensões na região andina são bem anteriores a este episódio e têm origem na histórica rivalidade entre Colômbia e Venezuela, governadas, então, por mandatários com programas ideológicos opostos. Para além disso, o Equador de Rafael Correa já passava por atritos com a Colômbia de Álvaro Uribe, devido ao programa colombiano de fumigações em áreas de produção da folha de coca. Neste último caso, também a Unasul serviu como espaço de mediação para evitar a escalada do conflito.

Ainda em 2008, a Unasul agiu para conter uma crise na Bolívia, desencadeada pela aprovação da lei de nacionalização dos hidrocarbonetos por parte do governo de Evo Morales. A crise entre apoiadores de Morales e a oposição, que evoluiu para conflito violento na região de Tarija, foi encerrada após a mediação da Unasul em apoio à ordem democrática boliviana, materializada na Declaración de La Moneda². Em 2010 e 2012, a Unasul também agiu de forma a tentar mediar crises no Equador e no Paraguai. Pode-se observar, portanto, que, se a América do Sul não passou por conflitos inter-estatais na última década e meia, parte significativa deste resultado se deve à capacidade de mediação que foi criada a âmbito institucional via Unasul, em conflitos menores.

As condições de segurança e defesa na América do Sul no início do século XXI são amplamente discutidas na literatura especializada, com diversas interpretações. Uma parte significativa de autoras e autores avalia que, no subcontinente, chegou-se à formação de uma zona de paz, frente à ausência de conflitos interestatais; outra parte afirma que se trata da construção de uma comunidade de segurança (Hurrell 1998). Já um terceiro grupo é menos otimista e mais precavido. Jorge Batagliano (2012) entende que há na América do Sul uma paz híbrida, pois a região conta simultaneamente com países que têm relações profundas com seus vizinhos, que instituem regras e normas que podem ajudar a resolver de forma pacífica os conflitos, mas também há disputas não resolvidas que podem evoluir para sua militarização, ainda que a probabilidade maior é que se trate de conflitos de baixa escala. Para ele, a mobilização de força militar na América do Sul é improvável devido à pré-disposição de líderes democráticos à negociação, à interdependência econômica

entre os Estados e à existência de normas e instituições regionais.

Rafael Villa (2017) apresenta argumento similar: para ele, os Estados sul-americanos adotaram um padrão de política externa e de defesa que conjugava lógicas de balança de poder – neste sentido, competição – e de comunidade de segurança – ou seja, cooperação. Por sua vez, David Mares (2001) acredita que, apesar de o subcontinente ter avançado na construção da paz, esta paz é negativa, pois há crises militarizadas com periodicidade razoável, ainda que de baixa intensidade. Segundo o autor, a militarização dos conflitos na América do Sul é, inclusive, o principal instrumento de negociação, a partir de estratégias de dissuasão.

Entre todas as interpretações, a abordagem apresentada por Marília Pimenta e Rafael Villa (2016) parece ser a mais complexa e que mais dialoga com o cenário contemporâneo, que será discutido na próxima seção. Para a autora e o autor, o debate tradicional entre aqueles que entendem a América do Sul como comunidade pluralística de segurança / zona de paz e aqueles que percebem a paz como negativa é uma discussão que chegou no seu limite. Desde a segunda metade do século XX, as principais ameaças à paz na América do Sul estariam ligadas a uma agenda muito particular de violência social: mesmo com a inexistência de conflitos interestatais – ou seja, com a suposta paz subcontinental –, os Estados sul-americanos são alguns dos mais violentos do globo. No plano doméstico, isto é bastante visível: os números alarmantes em termos de segurança pública em países como Brasil e Colômbia, por exemplo, são conhecidos. No entanto, conforme Pimenta e Villa (2016) discutem, pela natureza particular dos principais agentes desta violência no subcontinente – crime organizado, principalmente ligado ao tráfico de drogas –, este tipo de violência ganha dimensões transnacionais, envolvendo agentes tanto internos quanto externos dos Estados e diversos tipos de agência. Em um sentido parecido, Hector Saint-Pierre (2012) afirma que este fenômeno tem como consequência a securitização de agendas sociais na América do Sul, que, aliada à confusão entre os conceitos de segurança e defesa, tem sua principal materialização na utilização das Forças Armadas em operações que, tradicionalmente, não são de suas funções específicas. Por isso, para Pimenta e Villa (2016), qualquer análise mais atenta da segurança na América do Sul passa pela compreensão de que a guerra não é a única pro-

2 UNASUL. Declaración de La Moneda. Santiago, 15 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.ita-maraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DECL.2008.LAMONEDA.pdf. (Acesso em 02/06/2019)



blemática e o único elemento constitutivo dos cenários. Para eles, pensar a segurança hoje na América do Sul é compreender que fatores domésticos têm repercussões regionais.

América do Sul em um novo ciclo: ameaças à paz?

Se no início do século XXI se falava em uma “longa paz sul-americana” ou na construção de uma comunidade pluralística de segurança, como sustentava a literatura apresentada acima, hoje o cenário já é diferente. Desde a ascensão de um “novo ciclo”, com a emergência de vários governos à direita do espectro político na América do Sul, com o desmonte da “onda rosa” ou do “ciclo progressista”, os cenários de segurança e defesa vêm passando por transformações que, ainda que pequenas e pouco perceptíveis, já indicam que a agenda mudou.

Em primeiro lugar, pode-se observar o desmonte da arquitetura institucional montada no início da década de 2000. Em abril de 2018, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam suas respectivas participações na Unasul³. Alguns meses depois, a Colômbia se retirou da instituição de forma definitiva, e o Equador anunciou sua saída. No início de 2019, o presidente colombiano Iván Duque anunciou a criação de um novo organismo regional denominado “Para o Progresso da América do Sul” (Prosul), junto a presidentes politicamente alinhados com a direita, como Sebastian Piñera, do Chile, e Jair Bolsonaro, do Brasil⁴; no entanto, ainda não foram anunciados maiores avanços. Os mecanismos de solução pacífica de controvérsias, relevantes em diversos conflitos na década passada, estão sendo esvaziados e deixados de lado.

Outro elemento a ser levado em consideração é uma mudança no padrão de mobilização da violência e do uso da força na América do Sul. Com o novo ciclo eleitoral, chegaram à presidência líderes que não são ideologicamente homogêneos, já que representam diferentes vertentes de direita. De um lado, está a direita mais liberal, cuja principal expressão é Mauricio Macri, na Argentina; de outro, tem-se os governos de Iván Duque e Jair Bolsonaro. A principal diferença que afas-

ta as duas correntes está na mobilização da violência. Ao contrário de Macri, Bolsonaro e Uribe colocam a força como principal instrumento de solução para o conflito social. Essa ênfase se expressa na construção de agendas de segurança pública militarizadas, em um processo simultâneo de securitização das agendas sociais. O maior exemplo se dá com as políticas de combate ao tráfico de drogas. Destes dois últimos governos, podem surgir mudanças concretas na agenda de segurança no subcontinente.

No Brasil, além das sucessivas mudanças nas políticas de drogas, como a extinção de diversos organismos e conselhos nesta área, há a construção de um formato de política de combate ao tráfico calcada quase exclusivamente no combate via uso da força e na militarização da questão não apenas a nível federal, mas também municipal e estadual, como se vê no Rio de Janeiro. Se esta já era a tendência em governos anteriores, vivemos hoje o auge da securitização do combate ao tráfico. Na Colômbia, percebe-se o retorno deste tipo de política de combate aos ilícitos, típica dos anos 1980 e 1990 no país, mas que estavam em baixa na região andina. Nesta região, a situação é mais dramática em função das tensões e dificuldades na implementação do acordo de paz com as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) e pela ausência de paz com o Ejército de Liberación Nacional (ELN). Duque foi eleito presidente do país com uma agenda que questionava e buscava reformar os acordos de paz com as FARC, assinados por seu antecessor, Juan Manuel Santos. Na Argentina, apesar das divergências do espectro político de Macri com relação aos outros chefes de Estado, o país tem elevado o tom a respeito da importância de agendas como o combate a tráfico de drogas, ao contrabando e até mesmo ao terrorismo; sinal disso é o estreitamento do governo Macri com a Drug Enforcement Administration (DEA) dos EUA. Mesmo a Bolívia, um dos últimos países onde a esquerda está no poder, tem passado por mudanças no que tange ao uso da força e ao combate ao tráfico de drogas. Após a aprovação da nova lei geral de coca, que regulamenta a produção e comercialização da folha de coca, já ocorreram tensões em lugares como no Chapare, em Cochabamba, inclusive levando a confrontos físicos. Hoje o governo de Morales já utiliza as Forças Armadas para combater o tráfico. Este fato é uma mudança significativa para um governo que se elegeu com um projeto de ressignificação do uso de coca e de dessecuri-

3 Mais informações em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2018/05/Conjuntura-Latitude-Sul-n.4-Abril-2018.pdf>.

4 Mais informações em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/03/Conjuntura-Latitude-Sul-jan-fev-2019.pdf>

tização do combate ao uso, produção e comercialização de substâncias psicoativas.

Em síntese, o que podemos observar é uma mudança da narrativa e prática com relação a diversas questões sociais, que passam a ser tratadas sobretudo de forma securitária e militarizada. Um elemento correlacionado são as diversas mudanças nos padrões da relação civil-militar. O caso brasileiro é o mais nítido: não apenas diversos militares ocupam postos no alto escalão do governo Bolsonaro, como também passaram a ser um dos principais atores no processo decisório da governança no país. No Uruguai, as tensões entre o presidente Tabaré Vázquez e setores militares também cresceram no mês de abril⁵. Na Colômbia, as Forças Armadas foram elemento fundamental para a consolidação da paz com as FARC-EP. Pode-se notar que as Forças Armadas na América do Sul parecem estar ganhando maior protagonismo no contexto político sul-americano nos últimos anos.

Para além destas tendências, conflitos pequenos, mas com potencial de escalada, mantêm-se presentes no subcontinente. A rivalidade entre Chile e Bolívia tem causado momentos de tensão nos últimos anos. Em 2017, por exemplo, sete funcionários aduaneiros e dois militares bolivianos foram detidos em território chileno. As narrativas sobre o evento foram opostas nos dois países, e a questão foi levada à Corte Interamericana de Direitos Humanos e à Relatoria pela Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos por parte da Bolívia. Além disso, à época, também foram movidas tropas bolivianas para a fronteira e nove novos postos fronteiriços foram instalados na região⁶. A fronteira entre Chile e Bolívia é um dos exemplos de espaços que foram militarizados conforme ocorriam pequenos conflitos ou tensões.

Por sua vez, com o desenrolar da crise na Venezuela, as fronteiras do país com a Colômbia e com o Brasil também foram espaços de tensões. Com a Colômbia, desde 2017, quando ocorreu o assassinato de um membro da Guarda Nacional Venezuelana, as escaramuças são frequentes. Ademais, de acordo com Londoño (2017), cresceu também o fenômeno

da construção de muros enquanto instrumentos de segurança nacional e enquanto concepção negativa das regiões de fronteira e das migrações transfronteiriças, em sintonia com a construção de muros à la Trump. Exemplos desta tendência foram o início da construção, em 2015, do muro entre Argentina e Paraguai nas localidades de Posadas e Encarnación e o muro entre Peru e Equador. A narrativa para justificar a construção de ambos foi a de controlar o contrabando e a transação de drogas ilegais; no entanto, ambos os processos também foram alvo de tensões e disputas, além de serem, para Londoño (2017), representação de falta de coordenação e de capacidade efetiva de diálogo entre os dois lados das fronteiras.

Todos estes elementos, descritos acima, desembocam no principal evento que pode transformar a agenda de segurança e defesa na América do Sul: a crise na Venezuela. Nos últimos anos, o questionamento e a oposição, seja nos planos interno ou externo, ao governo de Nicolás Maduro têm crescido de forma consistente, tornando real a possibilidade, outrora remota, de conflito interestatal. Já se fala na possibilidade de intervenção, seja uni ou multilateral, seja por via de alguma organização internacional. A militarização interna do conflito agrava a situação. Não apenas as Forças Armadas venezuelanas são um dos apoios mais relevantes ao regime e controlam parte importante do processo decisório, como cresceu o número de grupos paramilitares e/ou milícias, seja contra ou a favor do governo. Frente ao desmonte institucional da Unasul, organização que deveria, naturalmente, assumir a mediação para a solução da controvérsia – já que a Venezuela se retirou da Organização dos Estados Americanos (OEA) em abril de 2019 –, grupos ad hoc, como o Mecanismo de Montevidéu, proposto pela Bolívia, pelo Uruguai e pelo México em parceria com a CARICOM, e o Grupo de Contato Internacional, organizado pelos mesmos três países ao lado da União Europeia, estão começando a aparecer. As iniciativas se dão em oposição ao Grupo de Lima, formado pela maioria dos países da América Latina e pelo Canadá, que tem como objetivo isolar e pressionar pela saída de Maduro. É visível que a região perde protagonismo para a construção da mediação entre suas partes.

Por fim, cabe mencionar que, no Brasil, maior potência do subcontinente, as opiniões no interior da burocracia a respeito do tema têm nuances. Enquanto a “ala de generais” que compõe vários ministérios do governo

5 Ver LATSUL. *Conjuntura Latitude Sul*. Nº 4, abril, 2019. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/05/Conjuntura_LATSUL_abril_2019-1.pdf. (Acesso em 02/06/19).

6 Ver LATSUL. *Conjuntura Latitude Sul*. Nº 5, maio, 2017. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2017/06/Conjuntura-Latitude-Sul-n.5-Maio-de-2017.pdf>. (Acesso em 02/06/19).



Bolsonaro não parece inclinada a um conflito com a Venezuela, o presidente da República e seu filho, Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, parecem ter posições mais dúbias e, em alguns momentos, manifestam a possibilidade de uso da força. O “método bolsonarista” de governo pelo caos (NOBRE, 2019) e de criação de conflitos dentro da própria burocracia estatal chega a limites perigosos quando se trata da crise venezuelana – em especial, por ser um dos pontos chave das narrativas de construção de ameaças e inimigos, já que o regime bolivariano é um dos alvos do presidente brasileiro. Em síntese, não parece provável que um conflito interestatal vá ocorrer por conta da crise na Venezuela. No entanto, o cenário sul-americano é propício a que se possa especular que, hoje, o risco de guerra é maior do que era nas últimas décadas.

Considerações finais

Não nos parece exagero afirmar que a América do Sul hoje vive uma conjuntura crítica. Ademais das crises econômicas e da recessão vivida por quase todos os países do subcontinente, a transição dos regimes progressistas com a ascensão de governos conservadores e/ou neoliberais não está pouco polarizada. A crise na Venezuela é um dos maiores exemplos das tensões correntes. Em uma exposição durante o seminário em homenagem aos 15 anos do Observatório Político Sul-Americano, em 2018, o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que a construção da paz na América do Sul é permanente: sua manutenção exige dedicação plena das burocracias e corpos diplomáticos dos Estados. Hoje, no entanto, estamos diante de um cenário um pouco mais preocupante. Além do desmonte da arquitetura institucional que promovia o diálogo, tensões fronteiriças e pequenas escaramuças parecem agora ter um potencial maior de escalada. É visível, também, uma mudança no padrão de relação civil-militar, além de uma maior junção nas agendas de segurança e defesa, a partir da mobilização das Forças Armadas para o combate a questões como o crime organizado. De forma alguma pretende-se neste texto afirmar que a América do Sul está prestes a entrar em guerra. No entanto, frente à conjuntura crítica que o subcontinente vive, o que parece estar se construindo é um novo padrão de mobilização e/ou justificação do uso da força.

Referências

- BATTAGLINO, Jorge M. The Coexistence of Peace and Conflict in South America: toward a new conceptualization of types of peace. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.55., n.2, 2012.
- HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, E; BARNETT, Michael. *Security Communities*. Nova York: Cambridge University, 1998.
- KACOWICZ, Arie. Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective. Nova York, 1998.
- LONDOÑO, Andrés. Fronteiras sul-americanas: reflexões sobre as tensões e os conflitos recentes. *Boletim OPSA*, 2017. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Boletim OPSA 2017 n04-out-dez.pdf>. (Acesso em 02 de junho de 2019).
- MARES, David. *Violent Peace*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.
- NOBRE, Marcos. O caos como método. *Revista Piauí*, abril/2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. (Acesso em 2 de junho de 2019).
- VILLA, Rafael. Brazilian Hybrid Security in South America. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.60, n. 2, 2017.
- VILLA, Rafael; PIMENTA, Marília Carolina B. de Souza. A Longa Paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz negativa na região. *Papel Político*, Bogotá, v.21, n.2, 2016.



O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa

Maria Regina Soares de Lima
Coordenadora OPSA

Marianna Albuquerque
Pesquisadora OPSA

Introdução

As últimas eleições no Brasil foram marcadas por forte polarização e pelo uso massivo das redes sociais em detrimento da mídia tradicional como mediadoras de discurso. Nas manifestações de rua dos anos anteriores e no debate eleitoral posterior predominou um sentimento de que o país estava inserido em um contexto global de descrença das instituições e da representação política feita pelos partidos tradicionais (GOHN, 2014). Nessa crise da promessa liberal de crescimento e acesso a benefícios, despontou como alternativa um discurso anti-corrupção, que associava o partido no poder a governos comunistas e ao descumprimento da lei. O resultado foi a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL), por um partido não tradicional e até então pouco expressivo. Bolsonaro é um ex-militar reformado, que, apesar de se colocar como um candidato anti-establishment, havia sido deputado federal por mais de duas décadas.

Junto ao chefe do Executivo, a crença nessa alternativa foi legitimada também no Congresso Nacional, com a eleição de candidatos com pautas conservadoras para ambas as casas legislativas. Por essa confluência de posições, analistas consideraram que estava em evidência no Brasil uma nova forma de fazer política, que pregava a completa ruptura com os governos anteriores. Foi comum o uso do termo “bolsonarismo” para referir-se a esse conjunto de ideias e práticas:

Nesse sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’ sendo considerada profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.19)

Nesse artigo, entretanto, propomos que chamar o momento político no Brasil de “bol-

sonarismo” é contribuir para a construção da figura de “mito” e dar protagonismo a um personagem que não é nem o formulador central das ideias, nem as aplica de forma sistemática e racionalmente ordenada. Consideramos, portanto, que a eleição de Bolsonaro se inclui no avanço do conservadorismo, capitaneado pela ascensão mundial das narrativas da direita. De acordo com Fernandes (2016), a lenta recuperação da crise econômica, iniciada em 2008, gerou uma narrativa de esgotamento do modelo liberal em curso e de demandas por rearranjos no sistema internacional, em que os Estados faziam uso de discursos centralizadores para buscar a retomada do poder e do prestígio. Esse movimento, portanto, não foi exclusivo do Brasil nem capitaneado unicamente por Bolsonaro.

Para Bobbio (1994), os ideais desse espectro político de direita relacionam-se com o individualismo, a defesa da meritocracia, o rechaço da diversidade e das fugas de “padrões”, o militarismo e a defesa da segurança nacional, o patriotismo, o crescimento econômico, o anti-comunismo e a identificação das classes altas com os ideais de sucesso e heroísmo. Nessa linha, em pesquisa feita com o conteúdo das postagens de grandes nomes dessa “nova” direita no Brasil, Messenberg (2019) identifica esses elementos em nomes centrais desse grupo, como Jair Bolsonaro e seu guru Olavo de Carvalho: repetem-se, à exaustão, termos relativos aos campos semânticos do anti-comunismo e do anti-petismo, como bolivarianismo e corrupção; valores de conservadorismo moral, como família tradicional e fé cristã; e princípios neoliberais, como empreendedorismo e meritocracia.

O objetivo desse artigo, portanto, é analisar como o estilo de governo adotado por Bolsonaro, nos marcos do conservadorismo, influencia na formulação e na implementação da política externa brasileira (PEB). Por ser um tema altamente centrado no Poder Executivo, em que a necessidade de composição de forças com o Congresso é matizada, propomos que Bolsonaro utiliza a PEB como um espaço de políticas declaratórias que buscam a fidelização de uma parcela mais radical do eleitorado. Argumentamos, no entanto, que tais medidas podem gerar atritos potenciais com uma das bases de sustentação do governo: os militares. Apontamos, ainda, as limitações dessa postura e os riscos envolvidos com a reformulação não só de princípios históricos da ação externa do país, mas também da estrutura do Ministério das Relações Exteriores.



Do “influenciador digital” ao Presidente: o Estilo Bolsonaro de Governar

Da mesma forma que os autores vêm utilizando o termo bolsonarismo, a literatura de análise de política externa busca empregar termos e conceitos para interpretar a ação do país nessa área. Dessa forma, é procedimento corriqueiro entre os analistas da política externa brasileira (PEB) nomeá-la a partir do principal enquadramento que o autor faz da mesma. Alinhamento automático, americanismo pragmático, americanismo ideológico, autonomia pela distância, autonomia pela participação e autonomia pela diversificação são exemplos de representações utilizadas largamente para caracterizar a política externa de algum período histórico ou de um governo específico. Os autores, geralmente, partem do relacionamento que o Brasil possui com os Estados Unidos para mensurar, a partir deste ponto, a capacidade de ação autônoma ou o nível de alinhamento que o país possui. Não está sendo diferente agora nas primeiras análises sobre a política externa do governo Bolsonaro.

Nessa linha, Medeiros, Villas-Boas e Andrade (2019), por exemplo, classificam a postura do governo como “americanismo ideológico”, em contraposição ao americanismo pragmático, que teria marcado governos anteriores, desde Ernesto Geisel (1974-1979). Nestes, a aproximação com os EUA teria sido feita de forma a garantir relações saudáveis com a grande potência, mas sem abrir mão de interesses vitais do país em trocas desiguais. O americanismo ideológico, por sua vez, abriria espaço para concessões de benefícios sem contrapartida e alinhamento incondicional. Exemplos históricos dessa modalidade de relação teriam sido os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e do general Castelo Branco (1964-1967). Em ambos, a PEB seguia o lema de que “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”, nas palavras o ex-chanceler Juraci Magalhães.

Aceitando-se como válido este recurso analítico para marcar as diferenças entre as principais concepções da política externa e seus distintos matizes, que têm informado a política externa desde o pós-Segunda Guerra, cabem algumas observações dos limites deste enfoque de análise. Antes disso, porém, é necessária uma observação introdutória sobre as duas orientações acima referidas, notadamente o americanismo e a autonomia. Tal caracterização é de uso corrente nas teorias realista e neorrealista, com base na distin-

ção entre uma política de equilíbrio (balance) e uma política de alinhamento (bandwagoning). Os diversos matizes utilizados podem ser vistos como pontos distintos em um mesmo contínuo, da posição mais alinhada à menos.

O problema com esta distinção binária é que ela parte da premissa de variações apenas de grau nas orientações da política externa em uma mesma dimensão, simplificando um processo com uma topografia de agentes, interações e dinâmicas mais complexas, impossibilitando a percepção das descontinuidades, variações de sentido, e flutuações nas próprias orientações da política, como se toda a política externa se resumisse ao eixo alinhamento/não alinhamento (A/NA). Mesmo levando-se em conta que se trata da política externa de um país periférico, em que este eixo tende a ser dominante, é fundamental introduzir mais pluralidade e diversidade na análise. Ademais, o eixo A/NA opera, de forma limitante, apenas na dimensão internacional, excluindo outros vetores derivados da política doméstica. Finalmente, o vício classificatório tende a ossificar o entendimento da política externa e, praticamente, naturalizar o entendimento de um determinado período ou governo, no que diz respeito às suas orientações internacionais.

Portanto, partir da constatação que estamos diante de uma “novidade” com o americanismo ideológico, em curso na política externa de Bolsonaro, não acrescenta muito à análise. Na verdade, desde a Segunda Guerra, o “partido americano” entre as elites brasileiras sempre foi forte, manifestando-se em alguns momentos como mais ideológico e incondicional: conforme mencionado acima, o tema ganhou força no governo Dutra, reapareceu logo após o golpe civil-militar, em 1964, sendo atenuado a partir do governo Geisel, nos anos de 1970, e retornando com força no interregno Collor, nos anos de 1990, no auge da implementação das políticas de ajustamento e desregulamentação neoliberais pelos governos latino-americanos.

Nesse sentido, Hirst (2006) aponta que os Estados Unidos são uma presença constante nas orientações da PEB, com variações que podem se aproximar a cinco tendências: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. A autora argumenta que, durante o século XX, “este relacionamento, que atravessou diferentes fases no decorrer do século XX, oscilando entre bons e maus momentos, jamais cruzou a fronteira que pudesse conduzir a uma confrontação aberta de

parte a parte” (HIRST, 2006, p. 92). Dessa forma, a aproximação com os Estados Unidos não é sem precedentes e nem a única forma de seguir uma PEB “ideologizada”. Se considerarmos a política externa como uma área de ação governamental vinculada às políticas públicas, toda PEB é ideologizada, no sentido de acompanhar as linhas mestras do programa partidário no poder.

Portanto, a novidade do atual governo não é a ideologia e nem o alinhamento com os EUA, mas os métodos utilizados para expor as intenções. Para se entender o que tem sido a política externa de Bolsonaro, na gestão de Ernesto Araújo, é preciso abandonar as explicações e paradigmas clássicos de análise da PEB, calcados na estrutura binária acima mencionada, e partir do entendimento da lógica de funcionamento político do governo atual. Em artigo recente publicado na Revista Piauí, Marcos Nobre (2019) fornece uma chave de leitura do governo que nos permite inserir a política externa na lógica de seu funcionamento e apontar sua funcionalidade para os objetivos do atual presidente. Para Nobre, o governo opera com base na premissa da destruição e da criação do caos como estratégia de governo, a fim de manter coesa sua base eleitoral.

Para o autor esta base é heterogênea, em que se confluem as figuras do lava-jatismo, do anti-petismo e do antissistema, mas “se caracteriza por representar a canalização de frustrações de segmentos que se acham não apenas excluídos do processo político e de seus benefícios, mas se consideram perdedores” (NOBRE, 2019, p. 30). Ainda que não seja maioria, esta base, segundo o autor, “é grande o suficiente para sustentar um governo. Algo em torno de 30% e 40% do eleitorado”. Garantir a fidelidade deste núcleo duro do bolsonarismo “é fundamental para manter o poder” (p.32). Dessa forma, a manutenção desse ponto de apoio depende do reforço de posturas e discursos que questionam a institucionalidade e as formas tradicionais de representação política.

Nobre (2019) argumenta que Bolsonaro utilizou a experiência de Donald Trump como modelo, mas que a aplicação ao Brasil apresentou novas questões que, por serem sem precedentes, dificultam análises e comparações. A mobilização de redes sociais feitas nos EUA foi capitaneada pela estratégia de Steve Bannon, ex-assistente de Trump e estrategista-chefe da Casa Branca até meados de 2018, de utilizar dados e algoritmos para disseminar informações direcionadas às pautas con-

servadoras. Entretanto, nos EUA, o Partido Republicano funcionou como um sistema de freios e contrapesos às aspirações radicais de Trump, e as dissonâncias entre presidente e base aliada culminaram no afastamento de Bannon como estrategista do governo.

Para o autor, não existe no Brasil atual algo semelhante ao Partido Republicano, que possa contrabalançar o discurso radical de Bolsonaro. Apesar da necessidade de negociar com o Congresso, o que implica em derrotas políticas e revisão de propostas, Bolsonaro não abriu mão da mobilização nas redes sociais, pois seu polo de mobilização radical construído por meio destas é, precisamente, a base de sustentação do governo. Para Nobre, esse mecanismo gerou um êxtase participativo em parcelas da população que não tinha acesso aos ambientes de decisão política. Freire (2019) conceituou essa estratégia como “democracia direta tuitada”.

Em linha semelhante, Miguel Lago enfatiza a construção do papel de “influenciador digital” de Bolsonaro ao longo dos últimos quatro anos até a vitória eleitoral (LAGO, 2019, p. 28). A manutenção deste papel e o uso da estratégia do caos para manter ativo e fiel seu eleitorado digital, não são, contudo, funcionais para a gestão pública, tampouco para sua ação como presidente, que implica em iniciativas e implementação de políticas públicas. As declarações via redes sociais, muitas vezes sem confirmação ou negociação com setores fortes no interior do governo, como os militares, geram incertezas e desconfiança sobre a real racionalidade por trás dos anúncios. Como ressalta Lago, por exemplo, a divergência entre os seguidores de Olavo de Carvalho e os militares é “o reflexo da tensão essencial entre o perfil das redes sociais e o presidente” (p.28). Nobre (2019) acrescenta que este estilo de governar, cria uma tensão permanente entre o polo “mobilizador das bases sociais em rede e o organizador, representado pelos militares” (NOBRE, 2019, p. 32).

Impactos da “Estratégia do Caos” na Política Externa

É nesta tensão entre o perfil digital e a presidência que se insere o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a política externa do atual governo. As escolhas do MRE e da pasta da Educação, para colonizar os Ministérios com os seguidores fiéis de Olavo de Carvalho, não foram acidentais. Tendo sido o astrólogo-filósofo escolhido por Bolsonaro e seus filhos como a principal fonte doutrinal



do governo, a nomeação de Ernesto Araújo para o Itamaraty se encaixa como uma luva neste duplo papel da política externa. Diplomata de carreira de uma das instituições com bastante prestígio no país e no exterior, e inserido profissionalmente em uma tradição e retórica da relativa continuidade da política externa, que remontaria aos tempos do Barão do Rio Branco, o escolhido teve uma carreira diplomática medíocre, sem qualquer destaque entre seus pares, nunca tendo ocupado um posto de embaixador no exterior (FREIXO, 2019).

Como discípulo fiel de Olavo de Carvalho, tende a repetir suas ideias à exaustão. Conceitos como “globalismo”, de conteúdo nebuloso, e “marxismo cultural”, que estariam infestando as instituições internacionais e as organizações não governamentais, são comuns em seus discursos e escritos. Por outro lado, professa uma admiração incondicional a Donald Trump, destinado a salvar o Ocidente, em sua perspectiva. Curiosamente, estas são as mesmas ideias difundidas por Steve Bannon, que se auto designou porta-voz do conservadorismo internacional, na sua pregação para criar um movimento global reunindo as principais lideranças de direita e extrema direita no mundo. Aparentemente, foi Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e chanceler informal do governo, que colocou ambos em contato com Bannon. Essa tendência se repete, ainda, na nomeação de Felipe Garcia Martins, também pupilo e admirador de Olavo de Carvalho, para a Assessoria Internacional da Presidência.

Com Ernesto Araújo, a política externa amplifica, com tonalidades internacionais, as redes sociais conservadoras e, simultaneamente, as coloca em sintonia com o principal movimento transnacional de articulação ideológica dos governos de direita e ultradireita atuais. Nas primeiras semanas de maio, Ernesto Araújo realizou um périplo de visitas a países europeus, que incluíram a Itália, Hungria e Polônia, todos governado por lideranças de nacionalistas e antissistema de ultradireita. Na Itália, encontrou-se com Matteo Salvini, um dos líderes na campanha contra a imigração irregular. Em Budapeste, com Viktor Orbán que tem ressaltado as semelhanças entre suas ideias e as do governo Bolsonaro, completando seu tour com a visita ao presidente da Polônia, Andrzej Duda, outro dos representantes atuais da ultradireita europeia¹.

Por outro lado, a partir de algumas das iniciativas oficiais de política externa, como a visita aos EUA, antes mesmo da tradicional viagem inaugural de mandato à Argentina, e as declarações do presidente de apoio explícito à política externa de Trump, inclusive algumas bastante polêmicas, como a promessa da mudança da capital de Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, além de explicitar o repúdio do atual governo ao passado petista e o retorno ao alinhamento incondicional aquele país, Bolsonaro pode exercer o papel de presidente. Neste papel, está respaldado por parte da comunidade diplomática, pelo establishment antipetista, pelo mercado, bem como pelos seguidores domésticos do “partido americano”, inclusive no meio militar. Neste papel, se dirige aos setores do sistema que o apoiam.

Cabe uma observação com respeito ao alinhamento incondicional aos EUA, uma vez que não está mais baseado, como no passado, nas velhas doutrinas da Segurança Nacional da Guerra Fria, que informa o partido americano no país. Sua origem são as ideias que circulam no circuito transnacional do radicalismo “olavista”, que informam o pensamento do chanceler formal (Ernesto Araújo) e informal (seu filho, Eduardo Bolsonaro). Exatamente por isso, alguns dos protagonismos destes dois chanceleres podem se chocar com a visão dos militares reformados dentro do governo. Foi o caso do anúncio extemporâneo de que o Brasil cederia uma base aos EUA, algo que não ocorria desde os anos 40, durante a Segunda Guerra, quando a base de Natal foi cedida aos norte-americanos no quid-pro-quo arquitetado por Vargas para garantir o financiamento dos EUA à siderúrgica de Volta Redonda. Logo após ser anunciado, o general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), considerou o assunto um mal-entendido, e negou que haja plano de instalação da base².

Também tem provocado fricção nos militares dentro do governo o excessivo protagonismo de Ernesto Araújo na questão da crise venezuelana. O último episódio ocorreu recentemente após consultas frequentes de Araújo ao Secretário de Estado, Mike Pompeo, a propósito da possibilidade de os EUA utilizarem território brasileiro na eventualidade de uma intervenção militar por aquele

<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/07/chanceler-faz-periplo-por-governos-populistas-de-direita-na-europa/> (acesso em 15/05/2019)

2 Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/heleno-diz-nao-haver-nada-sobre-base-americana-no-brasil-23355703.html> (acesso em 15/05/2019).

1 Jamil Chade (2019): “Chanceler faz périplo por governos populista de direita na Europa”. Disponível em

país. No típico estilo de governar de Bolsonaro, o presidente mencionou a ideia de Trump, mas sem uma negativa contundente a esta eventualidade. Como resultado possível da pressão militar de dentro do governo, o protagonismo de Araújo foi cerceado e o próprio foi afastado da linha de frente da política brasileira face à crise da Venezuela. Acusando o golpe, o chanceler afirmou recentemente que está envidando todo seu esforço para encontrar uma solução diplomática à crise³.

Causou desconforto no meio militar, também, o encontro entre Araújo e Bannon, nos EUA, para discutir a situação da Venezuela. Araújo declara-se um entusiasta da opção intervencionista, postura que não possui respaldo dos militares, setor que, em última instância, seria o responsável pela ação. Após o retorno ao Brasil, Araújo participou de reunião de emergência no Palácio de Planalto, com Bolsonaro e os ministros-gerais Augusto Heleno (GSI) e Fernando Azevedo (Defesa), no mesmo momento em que Juan Guaidó, presidente autoproclamado da Venezuela, conclamava o povo às ruas para retirar Nicolás Maduro do poder⁴. Como resultado da reunião, Bilenky (2019) aponta que Araújo e os militares possuíam informações divergentes e discursos opostos. Bolsonaro manteve o tom olavista e postou nas redes sociais mensagem em que reafirma que a intervenção será uma opção dele. O vice-presidente, Hamilton Mourão, representante da ala militar, por sua vez, foi à público negar a possibilidade de intervenção (BILENKY, 2019).

Essa cacofonia também gera impasses a partir da ação de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, como chanceler informal do governo. Deputado Federal e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Eduardo recebeu apoio e chancela do pai para representar o país em reuniões e encontros no exterior, em uma superposição de tarefas com Araújo. Por não ser funcionário do MRE, as iniciativas e ações de Eduardo Bolsonaro não estão respaldadas nos princípios da PEB, nem na hierarquia institucional do Ministério. Nesse sentido, Roberto Abdenur (2019),

diplomata aposentado e ex-Secretário-Geral do Itamaraty, argumenta que:

A movimentação do deputado, que atua como chanceler paralelo, abre uma segunda trilha diplomática em prejuízo daquela que, conduzida pelo Itamaraty, deveria prevalecer no trato oficial com outros governos, inclusive os que não são de direita, e com os quais, diferentemente do que ocorre com a Hungria, tem o Brasil relações de grande densidade e dinamismo. Isso acontece com Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Portugal, entre outros importantes parceiros comerciais e fontes de investimento em nossa economia. A diplomacia paralela de Eduardo Bolsonaro, na ânsia de aproximação com forças da extrema direita, tem efeitos contraproducentes em nosso relacionamento com as grandes democracias europeias. (ABDENUR, 2019, n.p.)

Dessa forma, a premissa da destruição, que informa a “estratégia do caos” do estilo de governo de Bolsonaro, também guiou os passos da primeira reforma administrativa do Itamaraty, na gestão do atual Ministro. A reforma institucional⁵ do Itamaraty, portanto, ainda está em curso, e insere-se na lógica de privilegiar apoiadores leais com cargos-chave. A ideia de provocar uma reforma radical do conteúdo da política externa pregressa começou com a organização interna e implementada por via do desrespeito ao princípio basilar da hierarquia, em uma instituição corporativa cuja coesão depende exatamente da manutenção desta estrutura de gestão. Sendo assim, abriu-se espaço para jovens e ambiciosos diplomatas de carreira, a exemplo do próprio Araújo, alinhados ao pensamento da necessidade de eliminação dos vestígios das políticas externas passadas, vigentes desde a democratização do regime no final dos anos 80⁶.

Entretanto, o expurgo não se resumiu a diplomatas associados à administração petista. Retirado do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), o Embaixador Paulo Roberto de Almeida era um conhecido crítico dos governos anteriores e um diplomata de reconhecida independência política (FREIXO, 2019). Essa necessidade de rup-

3 Marcelo Nagy (2019), “Araújo diz que Brasil manterá pressão para que militares abandonem Maduro”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/05/09/araujo-diz-que-brasil-manterea-pressao-para-que-militares-abandonem-maduro.htm> (acesso em 15/05/2019).

4 Ver Conjuntura Latitude Sul, Abril/2019, p. 7. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/05/Conjuntura_LATSUL_abril_2019-1.pdf (acesso em 15/05/2019).

5 Ver mais em SANTOS, Leandro Wolpert. Mudanças institucionais no Itamaraty nos primeiros meses do governo Jair Bolsonaro: entre a tradição da renovação e a ruptura da tradição diplomática brasileira. Boletim NEAAPE, v.3, n.1, abr. 2019.

6 Ver Conjuntura Latitude Sul, JanFev/2019, p. 2. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/03/Conjuntura-Latitude-Sul-janfev-2019.pdf> (acesso em 15/05/2019)



tura com os símbolos de governos passados também pode ser ilustrada pela reformulação do currículo do Instituto Rio Branco, responsável pela formação de diplomatas, em que foi eliminada a disciplina de História da América Latina. O tom anti-globalista e antissistema baseia essas mudanças, nas quais o objetivo é enfatizar a leitura de obras clássicas e afastar o estudo das políticas “ideológicas” dos últimos anos.

Ao romper com a hierarquia, substituindo a elite diplomática por jovens da carreira afinados com suas ideias, o Ministro justifica esta decisão com base em argumentos semelhantes ao de “anacronismo institucional”⁷ do MRE, destilando o ressentimento típico de alguém que se vê como excluído da progressão meritocrática, cuja retórica tem sido uma das pedras de toque da legitimação do MRE perante à sociedade⁸.

Conclusão

Argumentamos neste artigo que, para o entendimento da política externa do governo Bolsonaro, é necessário levar em conta não apenas sua ideologia, mas também o estilo de governo característico do atual presidente. Nesta moldura, a política externa alimenta as redes bolsonaristas do núcleo duro do apoio social, mas permite também o exercício da função de presidente, que se dirige às forças do sistema que o apoiam. A tensão entre o “influenciador digital” e a função de presidente é, contudo, permanente, e informa grande parte dos conflitos dentro do próprio Executivo. É difícil prever as consequências desta tensão para a estabilidade do governo nos curto e médio prazos, oscilando entre os dois papéis e, conseqüentemente, avaliar seu impacto nas orientações da política externa.

No suposto de que o status quo seja mantido, é reveladora a capacidade da “estratégia do caos” na política externa em desafiar e abandonar alguns dos princípios de conduta que tem pautado a política externa desde a

democratização, nos anos 80. Em pouco mais de quatro meses de governo, a lista é extensa: adesão incondicional à política de Trump; alinhamento às posições norte-americanas na América do Sul, com o abandono do tradicional papel de mediador nos conflitos regionais; no Oriente Médio, também deixando para trás o apoio à solução dos dois Estados na Palestina, com a adesão às teses expansionistas sionistas, assim como o engajamento em conflitos sobre os quais não temos qualquer capacidade de influência e que não atendem aos interesses brasileiros, como no caso do Irã. No plano das organizações internacionais, ressalta o enfraquecimento de uma política multilateral ativa, expressa por exemplo, na saída do pacto das migrações, abandono das posições prévias de adesão às medidas de mitigação das mudanças climáticas e adesão à tese da seletividade no caso dos direitos humanos.

Caso seja mantido o status quo, a continuidade no cargo do atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, depende de que seja mantida a influência de Olavo de Carvalho sobre as ações presidenciais e que as relações entre os dois chanceleres, formal e informal, não se deteriore. Também pode ocorrer que diante de um agravamento da tensão no interior do Executivo, a política externa e seu Ministro possam ser sacrificados para recompor o equilíbrio dentro do governo. Em qualquer governo, esse tem sido o destino dos Ministros que não tem base de apoio dentro da burocracia do Estado e na sociedade civil e que dependem das boas relações com eminências de estatutos questionáveis. Nesta eventualidade, não quer dizer que a política externa vá se diferenciar muito do que tem sido até agora, apenas que ela terá um novo intérprete da ideologia conservadora professada pelo presidente.

Referências

- ABDENUR, R. Artigo: Riscos da diplomacia paralela. Maio/2019, *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/artigo-riscos-da-diplomacia-paralela-23651422> (acesso em 15 de maio de 2019)
- BILENKY, T. Primeiro Bannon, Depois os Generais. Maio/2019, *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/primeiro-bannon-depois-os-generais/> (acesso em 15 de maio de 2019)
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Pau-

7 Para uma análise do diagnóstico de “anacronismo institucional” presente em propostas reformistas do Estado, à esquerda e à direita do espectro político, ver Christian Edward Cyril Lynch “O Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas”, in C. E. C. Lynch; Elizeu Santiago Tavares de Souza e Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro, (orgs). *Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas*, Curitiba: Appris, 2019, pp. 9-40.

8 Ver Consuelo Dieguez (2019), “O Chanceler do Regresso”: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/> (acesso em 15/05/2019).

lo: Editora Unesp, 1994.

FERNANDES, L.M. Da transição na ordem mundial à ruptura na ordem democrática nacional. *Monções*, vol. 5, n. 9, 2016, pp. 9-25.

FREIRE, V. T. 'Parece que o pau está comendo': Ideólogo do bolsonarismo prega agitação, propaganda e democracia direta tuitada. Março/2019, *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2019/03/parece-que-o-pau-esta-comendo.shtml> (acesso em 15 de maio de 2019)

FREIXO, A. As Relações Exteriores – Bolsonaro, 100 dias. Abril/2019, *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/> (acesso em 15 de maio de 2019)

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs) *Brasil em transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019., pp. 9-24.

GOHN, M.G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HIRST, M. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In AL-TEMANI, H; LESSA, A.C. (orgs.) *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas, volume 1*. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 91-128.

LAGO, M. Procura-se um Presidente. Maio/2019, *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/> (acesso em 15 de maio de 2019).

MEDEIROS, K.P.; VILAS-BOAS, V.; ANDRADE, E. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/79475-2/> (acesso em 15 de maio de 2019)

MESSEMBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs) *Brasil em transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019., pp. 25-49.

NOBRE, M. O Caos como Método. Abril/2019, *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/> (acesso em 15 de maio de 2019)

